

MULHER E HISTÓRIA: DA INVISIBILIDADE À SUJEITO DE ANÁLISE

WOMAN AND THE STORY: THE INVISIBILITY OF THE SUBJECT OF ANALYSIS

Leandro da Silva Lunz¹

RESUMO: A narrativa histórica que nos tem sido apresentada na cultura ocidental representa um modelo antropocêntrico do fazer histórico e conseqüentemente relegou às mulheres um papel de invisibilidade e silenciamento. A figura feminina foi construída como um modelo de submissão e impotência, sendo tratada como um objeto que deveria atuar no campus do privado. Refletir sobre os caminhos da historiografia até a consolidação de uma História das Mulheres implica em reconhecê-las como sujeitos da História e desconstruir a visão que privilegia a masculinidade como o modelo ideal a ser reverenciado. O desenvolvimento da nova história cultural aliado ao feminismo e novos paradigmas científicos contribuíram para a inserção das mulheres no estudo da História como sujeito que participou ativamente da construção histórica.

Palavras-chaves: Narrativa Histórica. Mulheres. Sujeito.

ABSTRACT: The historical narrative, that as has been presented us in western culture, represents a model androcêntrico the making of history and, consequently, relegated women to a role of invisibility and silencing. The female figure was built as a model of submission and desimportância, being treated as an object that should act on the campus of the private. Reflect on the paths of the historiography up to the consolidation of a History of Women implies to recognize them as subjects of History, and deconstruct the vision that privileges masculinity as the ideal model to be revered. The development of the new cultural history ally to feminism, and new scientific paradigms have contributed to the inclusion of women in the study of History as a subject that actively participated in the construction historical.

Keywords: Historical account. Women. Subject.

Introdução

Do surgimento das primeiras aldeias habitadas pelos nossos antepassados até os dias atuais, transcorreram milhares de anos de história. Sendo que ao longo desse

¹ Graduado em História pelo Centro Universitário São Camilo - ES. Especialista em Gestão Pública Municipal pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e cursou Especialização em História do Brasil pela Universidade Antônio Carlos (UNIPAC). Mestrando do PPGHIS/UFES. leolunz@gmail.com

período, o registro das ações, em sua grande maioria, tem desprivilegiado os feitos femininos, relegando às mulheres um papel de menor importância ou de quase invisibilidade. Neste processo histórico, a necessidade da manutenção da espécie e da sobrevivência, obrigou os seres humanos a desenvolverem mecanismos de convívio para os grupos sociais, que por sua vez foram construídos baseados em uma ordem na qual o sexo feminino exerceria um papel de subordinação política e de coadjuvantismo. Este modelo - de convívio social com ênfase na subordinação feminina – esteve bem evidente nas comunidades ocidentais cristãs e também na sociedade brasileira do século XV até a atualidade.

A visão que enfatiza a impossibilidade do uso da racionalidade pela mulher, encontrava-se fundamentada, conforme descreve Perrot na teoria e estereótipo elaborados no século XIX, baseados no discurso naturalista, que insistia na existência de duas "espécies" com qualidades e aptidões diferenciadas. Aos homens o cérebro e a capacidade de decisão e às mulheres os sentimentos e o "dever" do cuidado do espaço privado. Em virtude disso foi criada a representação simbólica da mulher, enquanto esposa-mãe-dona-de-casa.

Diante deste contexto, de exclusão feminina do espaço público, vale destacar ainda que os métodos científicos que direcionaram as pesquisas no campo das Ciências Humanas, a partir da segunda metade do século XIX, relegaram a um segundo plano as reflexões sobre os destinos individuais. De modo geral os estudiosos apresentavam visões totalizantes que ignoravam a participação dos indivíduos nos processos sociais. Em virtude disso, as histórias de vida desempenhavam um mero papel de caráter mais ilustrativo das diversas áreas de conhecimento que compunham aquele campo e deste modo é possível compreender o porquê da produção historiográfica relegar às mulheres um espaço com pouca ou quase nenhuma representatividade em suas abordagens.

Já nas últimas décadas do século XX, emergiu uma Nova História Cultural e também o retorno de uma Nova História Política, na qual grande parte dos historiadores tem debruçados seus esforços e estudos. Pode-se dizer que as diversas correntes historiográficas no âmbito da História Cultural desenvolveram um diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento como a Antropologia, psicologia,

linguística ou a ciência política modificando a perspectiva de análise do percurso dos indivíduos no interior de diferentes meios, como mencionou Cerutti (1998).

Com o tempo, diversas pesquisas e estudos² sobre a história das mulheres ganharam relevância com o desenvolvimento da História Cultural³, uma vez que suas análises direcionadas para as múltiplas vivências dos mais diversos agentes da vida social consequentemente têm mobilizado questões acerca das várias abordagens utilizadas pelos cientistas sociais na construção de seus objetos de estudo, procurando assim explicar a lógica da significação das experiências em suas especificidades.

Desta forma, a utilização da história oral, o estudo do cotidiano, análises biográficas bem como o campo da memória e suas múltiplas implicações tem servido como uma nova forma de pensar a história permitindo que grupos e ou pessoas antes retratados como não ou menos importantes sejam vistos com maior interesse e seus feitos ganhem registros e espaços essenciais para uma compreensão da nossa história atual⁴.

Tendo como referência estudos de pesquisadores como Perrot (2012), Scott (1992) e Tedeschi (2012) será abordado a importância da história cultural para a efetivação da inserção da mulher como sujeito de história. A mulher não mais se encontra vinculada a uma visão única e inquestionável dentro do lócus social, tendo conquistado o direito de exercício de um papel valorativo que foram essenciais no processo em que as

² Ver em Natalie Zemon Davis em "Mulheres e o Mundo do Annales", Michele Perrot em "Mulheres ou os silêncios da História" e Lynn Hunt em "A nova história cultural".

³ A História Cultural utilizando como parceria estudos que foram desenvolvidos pelas Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia, Filosofia e também a Literatura, tem conseguido realizar uma pesquisa histórica que contemple os feitos femininos e alçado as mulheres a uma condição de maior visibilidade e destaque. Destaque para a Antropóloga Henrietta Moore em seu trabalho intitulado "Compreendendo Sexo e Gênero". O Sociólogo Roger Chartier em seu estudo "Diferenças entre os sexos e dominação simbólica" e a escritora Virginia Woolf em seu livro "O status intelectual da mulher".

⁴ Jacques Le Goff em sua obra "História e Memória" afirma que a ciência histórica define-se pela indagação e pelo testemunho dos indivíduos. Sabina Loriga orientou vários temas de pesquisa acerca das relações entre a história e a biografia "A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise" Peter Burke na obra "O que é história cultural?" explica como os historiadores foram influenciados pelos antropólogos. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira no livro "Apresentação in Usos e abusos da história oral" descrevem que tanto a história oral quanto a memória são reconstruções psíquicas e intelectuais que acarretam representações seletivas do passado no qual o indivíduo está inserido em um contexto familiar, institucional e social.

mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da História, possibilitando a emergência de uma História das Mulheres.

O Desenvolvimento da Nova História Cultural

A Nova História Cultural contribuiu para a recolocação da noção de discurso no centro da História Cultural, considerando a linguagem e as práticas discursivas que constituem a vida social e dão embasamento a uma noção mais ampla de cultura. A inserção das mulheres como sujeitos de história ocorreu graças ao desenvolvimento dessa Nova História Cultural preocupada em retratar os conflitos e as estratificações existentes nas classes sociais.

Esta preocupação tem permitido um novo olhar sobre a história das mulheres, todavia um longo caminho foi percorrido para que tal fato se tornasse possível. Burker (1992) já destacava que havia muito pouco a ser dito sobre as mulheres por falta de provas, pois existia uma tendência da historiografia de seguir uma postura parcial e insuficiente, deixando claro seu perfil eminentemente masculino e excludente das mulheres dos diversos segmentos sociais. Este papel de insignificância relegado ao público feminino, como afirma Perrot (2012) foi quase sempre justificado pela falta de fontes históricas sobre a existência das mulheres.

O desenvolvimento dos diálogos interdisciplinares favoreceu a consolidação das mais importantes correntes de historiadores culturais, na qual se pode citar a interconexão entre a História Cultural e a Micro-História. Dentre os grandes nomes da micro-história, pode-se destacar Carlos Ginzburg que contribuiu para romper a abordagem tradicional característica do pensamento histórico permitindo ao historiador a possibilidade de trabalhar com pequenas pistas. O autor defende o uso de variadas fontes para se descobrir um pouco mais sobre aqueles a quem ele denomina de “marginalizados”. Ginzburg (1991) afirma que há a necessidade do estudo de grupos sexuais ou sociais que são deficientemente representados naquilo que podemos chamar de fontes “oficiais”, pois estes estudos podem fornecer informações preciosas sobre estes grupos ou pessoas.

Existe outra corrente da História Cultural, que tem direcionado a sua atenção para os aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural, sendo destaque nesta linha de análises o pensador francês Pierre Bourdieu (1996), cujos estudos buscam elucidar como a sociedade consegue reproduzir nos indivíduos as suas estruturas políticas, morais, éticas, dentre outras. E defende que esta reprodução acontece muitas vezes sem a percepção do indivíduo, muitas vezes inconscientes, articulados a contextos e espaços sociais plurais, conflituosos e tensos, e não como um conjunto coerente e orientado.

A convivência entre os atores sociais e suas relações com os objetos materiais refere-se às variadas modalidades de significados criados pelos próprios indivíduos quando confrontado à realidade no decorrer da sua trajetória histórica. É válido destacar que esta relação social entre os autores, como analisa Bourdieu (1992), é marcada pela existência do poder simbólico exercido pela ausência de importância dado a sua existência. Trata-se de um poder ignorado, que fundamenta e movimenta uma série de outros poderes e atos. O poder simbólico é o poder invisível exercido com a cumplicidade daqueles que ignoram sua sujeição a este poder. Ainda de acordo com o autor, o exercício deste poder simbólico privilegia ações adotadas com a intencionalidade de criação de mecanismos de controle social e consequentemente a produção da memória surge como um espaço de poder.

Corroborando esta análise, Le Goff (1990) traz reflexões importantes sobre o estudo da memória social como um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história. Destacando que a utilização da memória é alvo de disputa pelas forças sociais, pois o seu domínio significa controlar os fatos que merecem ser lembrados e aqueles que devem ser esquecidos ou silenciados. A memória se coloca como um objeto de e em disputa, pois evidencia experiências sociais diferentes por parte dos atores envolvidos e cada grupo busca o espaço para a manifestação de seus feitos.

Para Chartier (1988) todo o escrito obedece a categorias de pensamento e formas de apreensão do real e que ao representar certas situações, os próprios textos criam realidades, assim surgem novos paradigmas no qual se destacam os de prática e representação. Para o autor não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas

representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo. Já Certeau (1994), descreve que as práticas sociais estão inseridas nas estratégias e táticas cotidianas dos sujeitos que, dotados de querer e poder articulam e manipulam estratégias. O referido autor parte do pressuposto de que as pessoas não são simplesmente submissas aos processos disciplinares da sociedade, pois ao interagir com esses processos, têm a capacidade de usar parte dos elementos oriundos dos próprios processos a favor de seus interesses pessoais.

A Escola de Annales⁵ apesar de ter mantido as mulheres fora das principais discussões, ao direcionar as pesquisas do âmbito político para o social, possibilitou estudos sobre a vida privada, as práticas cotidianas, a família, a sexualidade, entre outros. E estes temas permitiram a inclusão das mulheres na história. É importante destacar que o desenvolvimento da nova História Cultural e suas inúmeras abordagens tem permitido o estabelecimento de um novo olhar sobre pessoas, grupos e objetos que habitualmente foram “esquecidos” e possuem poucos documentos sobre seus feitos. Assim a nova história cultural se coloca no campo da pesquisa historiográfica aberta a novas conexões com os campos de saber e conseqüentemente proporciona aos historiadores um rico espaço para a pesquisa e uma melhor compreensão e interpretação das relações que envolvem esses sujeitos.

Revel (1988) afirma que há a necessidade dos historiadores delimitarem e recortarem os seus objetos, pois de acordo com o pensador, cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, dos processos sociais e, portanto está inserido nos contextos de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Sendo assim, a nova história contribuiu para que os pesquisadores direcionassem sua atenção às atuações do público feminino dentro dos diversos campos sociais.

A história das mulheres, que está intimamente ligada à história social e à história cultural, alcançou um campo de pesquisa específico dentro das discussões teóricas

⁵ O termo “Escola” aplicado para explicar o movimento teórico-historiográfico liderado por Febvre e Bloch, como sabemos, foi canonizado pelo Historiador Peter Burke em sua obra *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*.

da nova história que é o estudo de gênero⁶. A exclusão da história que foi imposta às mulheres, conforme afirma Perrot (1992), tornou-se um elemento motivador para dar visibilidade às produções e estudos dos pesquisadores sobre gênero e mulheres na História. Em consonância com este pensamento Burke (1992), chama a atenção para uma historiografia que tem possibilitado aos historiadores o exame de uma maior variedade de evidências, e deste modo às mulheres antes excluídas tornaram-se personagens mais frequentes.

As novas abordagens metodológicas, possibilitadas pela Nova História Cultural priorizando as experiências cotidianas de homens e mulheres e a visão de que as realidades são social e culturalmente construídas nas relações existentes entre os inúmeros agentes, interesses e práticas, trouxe um novo vigor para a produção do conhecimento histórico. Não obstante a história tornou-se como um campo de possibilidades, em que os diferentes sujeitos sociais têm diferentes formas de contemplar o real e, por isso formas diferentes de intervir no real. Para o pesquisador tornou-se possível pensar o processo de escrita da história abordando novas temáticas e assim ampliando o campo de pesquisa, levando ao desenvolvimento de outras vertentes da história.

A micro-história e a história da vida cotidiana são exemplos de formas de análise da história, que nos servem como reações contra o estudo de grandes tendências, mediante a utilização de novos métodos e fontes de pesquisa. A história da memória, por exemplo, como bem destaca Rousso (2001) tem se voltado para os grupos diretamente sensibilizados pela questão do passado e de seu papel na formação e manutenção de uma identidade coletiva, constituindo enfim um elemento essencial na análise das culturas políticas.

Dialogando com Le Goff(1990) pode-se apontar que ao historiador não cabe fazer papel de ingênuo diante de um documento, deve-se trabalhar de forma a permitir que todos os grupos possam registrar seus feitos e serem conhecidos pelas gerações vindouras. E nesta perspectiva o registro das histórias das mulheres se apresenta

⁶ Historiadoras como Joan Scott em seu estudo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” Eni de Mesquita Samara na obra “As mulheres, o poder e a família” e Margareth Rago em “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar” são grandes referências para o estudo de gêneros.

como uma nova modalidade historiográfica e campo de saber que além de questionar os modelos históricos tradicionais, está vinculado à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução.

A mulher como sujeito de história

As transformações na historiografia, articuladas ao movimento do feminismo, a partir de fins da década de 1960, foram essenciais no processo em que as mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres. Joan Scott⁷ (1994) propõe que a história seja escrita sobre como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, enquanto categorias de identidade foram construídos. Para escrever esta história, é preciso observar os significados variáveis e contraditórios que são atribuídos à diferença sexual. As mulheres são agentes históricos e possui uma historicidade das relações entre os sexos, relativa às ações cotidianas. Ainda de acordo com Scott (1992), tais experiências iniciais de inclusão das mulheres como ser humano universal trouxeram à tona uma situação plena de ambiguidades. Afinal, ao solicitar que a história fosse suplementada com informações sobre as mulheres afirmava-se, não só o caráter incompleto daquela disciplina, mas também que o domínio que os historiadores tinham do passado era parcial. Este fato era demolidor para uma realidade que definia a história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiros, ou pelo menos, como reflexões aprimoradas sobre o que teve importância no passado.

A inclusão da categoria de análise de gênero no campo historiográfico foi caracterizada por uma trajetória difícil conforme descreve Soihet (2007), Nas ciências humanas a disciplina de história foi a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de 'mulher' ou de 'mulheres' como categoria analítica na pesquisa histórica. A trajetória, costumeiramente 'cautelosa', dessa disciplina, e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem, retardaram significativamente o avanço das discussões. Grande parte desse retardo

⁷ Este artigo foi traduzido e publicado no Brasil em SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n.3, p.11-27, 1994, p. 11.

se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres também estavam sendo, igualmente contempladas, o que não correspondia à realidade. Como descreve Tedeschi (2012), o sujeito cartesiano, unitário e centrado, que está na gênese do projeto científico, é macho, branco e europeu. Longe de representar um ser universal, esta visão retrata a experiência e perspectiva de um homem muito particular.

Gonçalves (2006) afirma que não era de se estranhar, portanto, a predominância na narrativa histórica de preocupações com o político e com o público, as quais entronizavam os homens em suas façanhas e atos heroicos, excluindo, quase que por completo, as mulheres enquanto personagens e produtoras da história. Esta narrativa privilegiava fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam.

A desconstrução desta narrativa histórica como verdadeira, possibilitou a expansão de pesquisas sobre o sexo feminino que favoreceram o surgimento da História das Mulheres. Como afirma Scott (1992), o nascimento desse campo específico de pesquisa, na Europa e nos Estados Unidos, relacionou-se à política, mais precisamente à política feminista que atingiu seu ápice entre os anos de 1960 e 1970. Nesta mesma linha de análise Costa (2003) afirma que foi o período no qual as mulheres assumiram o controle de sua vida reprodutiva, com a disseminação da pílula anticoncepcional, e ampliaram sua participação na educação, no mercado de trabalho e na política. Ainda de acordo com Costa (2003), a história das mulheres, inicialmente construída pelas militantes feministas, estava integrada à tentativa de acompanhar aos novos questionamentos que essa realidade trazia para a vida das mulheres. Deste modo, tornou-se imprescindível retirar o sexo feminino da clausura representada pela exclusão, pelo esquecimento e pelo privado, fato este que foi favorecido pelos trabalhos dedicados a demonstrar que as mulheres também faziam parte do processo histórico e que foram vítimas da injustiça e da marginalização.

Soihet (1997) destaca a importância do trabalho de resgate da história da mulher dentro do movimento feminista, enfatizando que o uso do termo “mulher”, no singular que inseria todas as mulheres como categoria única dos indivíduos do sexo feminino,

colaborou para a unificação da causa feminina. Não obstante no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, as tensões advindas das particularidades de cada segmento tornaram-se cada vez mais latentes, desfazendo a “História da Mulher” em “História das Mulheres”.

Esse campo histórico se expandiu para o estudo sobre a mulher no seu cotidiano, trabalho, lutas, protagonismos, família, maternidade e sexualidade. A História das Mulheres passou a estudar as mais diversas formas de ser mulher, superando o primeiro momento de unificação enquanto categoria feminina e diversificando o campo de estudos acerca da feminilidade na história. No entendimento de Costa (2003), o avanço da História das Mulheres deveu-se também aos novos rumos que foram tomados pelas tendências historiográficas, no exterior e no Brasil, que ganhavam força nesse período. É salutar lembrarmos que até a década de 1970 predominavam as análises estruturalistas que se apoiavam nos recortes macrossociais, nas conjunturas econômicas e nas categorias sociais, que buscavam a compreensão do passado histórico. Nesse processo analítico, o indivíduo e as questões referentes ao campo privado eram ignorados, o que consequentemente contribuía para a invisibilidade das mulheres na história.

As décadas de 1970 e 1980 foram de grande importância para a incorporação das mulheres na produção historiográfica ao colocar em discussão a visão homogênea do “Homem Universal.” Não obstante, deve-se destacar que essas novas abordagens não romperam totalmente com o silêncio que teimava em rodear os estudos sobre as mulheres. Como afirma Del Priore (1998), essas personagens subiam ao palco apenas quando tentavam desequilibrar o predomínio masculino ou quando eram inseridas nos estudos sobre as minorias. Por isso, tornaram-se necessárias novas interrogações e outro olhar sobre as fontes investigando não mais a divisão binária homem/mulher, mas sim o masculino e o feminino em suas interações sociais buscando nos fatos e práticas cotidianas, os espaços onde se abrigava a relação homem-mulher.

Rago (2003) destaca que a expansão dos estudos feministas não só resgatou a figura histórica da mulher, como também marcou o início da fase desconstrutivista do feminismo acadêmico na década de 1980, período no qual foi possível identificar o

começo do uso da palavra “gênero” nos estudos acerca das relações entre homens e mulheres. Conforme analisa Pedro (2005), o uso do gênero veio do questionamento da universalidade do emprego do masculino para se referir a diferentes grupos, já que, o uso do “homem universal” excluía do debate as questões relacionadas às mulheres.

A explicação de Soihet (1997) foi que o uso do gênero, iniciado pelas pesquisadoras norte-americanas, tinha o intuito de negar determinismos biológicos e apontar as construções sociais que permeiam as relações entre homens e mulheres, além do caráter relacional entre eles. A perspectiva do gênero traz para a história não apenas uma nova forma de se fazer a história das mulheres, mas também acrescenta novas possibilidades à sua escrita. Nesse sentido, Soihet (1997) afirma que a categoria gênero ampliou o seu espaço na produção historiográfica trazendo a dimensão analítica do sexo para as experiências sociais em detrimento do determinismo “biológico” e “natural” que supostamente regia as distinções e relações entre homens e mulheres. A utilização do “gênero” enquanto instrumento analítico tem por objetivo principal demonstrar que o “masculino” e o “feminino” são formulados em suas relações e interações num determinado tempo e espaço, ou seja, são construções socioculturais e, portanto, históricas. A partir de então,

A solução foi mudar a abordagem. Tornava urgente abraçar o campo histórico como um todo, sem restringi-lo ao território do feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada. (DEL PRIORE. 1998 p. 220.)

Saffioti (2004) esclarece que a utilização do gênero como categoria de análise ocorreu primeiramente, por Joan Scott, no final da década de 1980⁸, sendo propagado no Brasil nos anos de 1990. Em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, a autora discutiu não só a aplicação do termo nas pesquisas históricas, mas também a sua importância para o campo do saber como um todo, articulando pela primeira vez o conceito de gênero ao de poder. Scott sustenta a ideia de que o gênero

⁸ O texto de Joan Scott, “Gênero uma categoria útil de análise histórica”, publicado pela primeira vez em 1986 na Revista *The American Historical Review* e traduzido de sua versão francesa de 1988 por Guacira Lopes Louro e publicado na Revista *Educação e Realidade* em 1990. Foi revisto por Thomas Tadeu da Silva, a partir de uma versão em inglês de 1988 e republicado na mesma revista em 1995.

dentro da pesquisa histórica funciona como um elemento constitutivo das relações entre os sexos, construído a partir das representações simbólicas e normativas, que são expressas por doutrinas políticas, educacionais e científicas que, até então, se baseavam na oposição binária entre masculino e feminino.

Segundo Gonçalves (2006) a utilização do conceito “gênero” enquanto instrumento analítico tem por objetivo principal demonstrar que o “masculino” e o “feminino” são formulados em suas relações e interações num determinado tempo e espaço, ou seja, são construções socioculturais e, portanto, históricas. Esse instrumento analítico também foi valioso ao trazer à tona a questão da “diferença” em noções que focalizavam a ideia de unicidade nas categorias masculina e feminina no seio da História.

É importante destacar a análise de Rago (1995), abordando que uma das queixas tradicionais aos estudos sobre as mulheres era a utilização da categoria mulher como entidade social e empírica fixa, numa perspectiva essencialista que perde as multiplicidades de sujeitos incluídos em tal categoria. Neste modelo são privilegiadas as múltiplas identidades femininas que passam a ser encaradas em prismas diversos, tais como: classe, raça, etnia e sexualidade. A partir da categoria gênero as noções universais fossem de homens ou mulheres estariam superadas. A introdução da categoria gênero, relacionada ao contexto social, portanto, levou a consideração da “diferença na diferença”. Não cabendo mais a utilização do termo mulher sem adjetivá-lo: mulheres mestiças, negras, judias, trabalhadoras, camponesas, operárias, homossexuais. Assim como é exemplificado por Costa (2003) as relações entre homens e mulheres ou entre os indivíduos, do mesmo sexo, da mesma classe, de mesma etnia. Em outras palavras

Tal pluralidade de experiências indicaria que as práticas sociais presentes nos sistemas de poder e subordinação e as desigualdades sociais podem conter outras, de complementaridades e de consentimentos, situações transversas, o tempo todo de mão dupla, dialéticas, enfim (COSTA, 2003, p. 196 e 197)

Os estudos sobre as mulheres foram além da preocupação em analisar dicotomia vítima/rebelde traçada até então. Soihet (1997) afirma que o foco de análise passa a ser a atuação feminina em toda a sua complexidade abrindo caminho para novas concepções de poder que são muito bem representadas nas reflexões de Foucault (1979). Em suas teses, Foucault (1979) defendeu que o poder possui uma natureza fragmentada na vida cotidiana, redimensionando assim as análises de suas práticas que não se restringem apenas ao âmbito da política formal. Logo, as mulheres aparecem enquanto sujeitos históricos atuantes no tecido social exercendo seus “poderes” informais. Nesta linha de pensamento, Rago (1995) afirma que o feminino passa a ser pensado como uma construção das relações sociais, das práticas disciplinadoras e dos discursos instituídos, ou seja, o gênero destaca que as diferenças entre os sexos são fundamentalmente parte de uma organização social.

A utilização do termo “gênero” substituindo o termo “mulheres”, nos títulos de artigos e livros para Scott (1995) não significou necessariamente em uma reflexão ou mudança na abordagem, métodos e categorias de análise empregadas. E sim, ocorreu por se pensar que o termo “gênero” estava mais ligado a uma terminologia científica e “mulheres” à política feminista, que tanto incomodava os historiadores “tradicionais”. Para Scott (1995), gênero é uma forma primária de dar significação às relações de poder e é empregado para designar as relações sociais entre os sexos, podendo ser considerado

Uma maneira de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 71-99).

Corroborando com a análise, Nader (2014) descreve que o conceito de gênero é importante para explicar os significados que as sociedades elaboram sobre o que é ser mulher e ser homem, a partir das características que são observadas tanto no corpo feminino como no masculino. Nesta perspectiva, a autora afirma que o conceito de gênero evoluiu tornado-se uma referência para a construção social das diferenças entre homens e mulheres, sem invalidar as diferenças biológicas que existem entre

os sexos. A introdução do gênero como categoria de análise propiciou a desconstrução de argumentos até então irrefutáveis, como o dos absolutos “masculino” e “feminino”, identificando nas moldagens recíprocas o poder e a opressão impressos nas práticas culturais. Ao apontar os usos do gênero na pesquisa histórica, Scott contribuiu para clarificar e exemplificar a forma de se pensar os seus efeitos nas relações sociais e institucionais.

Tedeschi (2012) observa que, essa compreensão de gênero como uma construção, tem como base aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, dentre outros. Este modo de compreender o gênero permite a ampliação das possibilidades das abordagens históricas, trazendo para a discussão aspectos importantes, como, a íntima vinculação do gênero com as relações de poder e a definição de gênero enquanto representação, que servirá como ferramenta de análise. Estes dois aspectos não podem ser admitidos e nem mensurados como elementos separados ou estanques, mas constitutivos de realidades e eventos historicamente situados.

A utilização dos novos métodos e abordagens nas últimas décadas da História Cultural contribuiu imensamente na tentativa de encontrar respostas para os questionamentos provenientes das várias problemáticas que passavam a instigar os pesquisadores. Para Soihet (1997), a categoria de gênero amplia o seu espaço na produção historiográfica trazendo a dimensão analítica do sexo para as vivências sociais em detrimento do determinismo “biológico” e “natural” que supostamente determinava as distinções e relações entre homens e mulheres. A partir de então,

A solução foi mudar a abordagem. Tornava urgente abraçar o campo histórico como um todo, sem restringi-lo ao território do feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada (Del Priori, 1998, p. 224).

A História das Mulheres e das relações de gênero, sem dúvida, possuem uma ligação muito forte com o movimento de emancipação feminina que ressurgiu na década de 1960. Entretanto, Scott (1992) defende que tomar tais campos de estudo como meros reflexos da ação política não são suficientes. Para a autora é preferível falar em contribuições recíprocas entre a História das Mulheres e das relações de gênero e o movimento feminista, num processo complexo e dinâmico que envolveu as

reivindicações das mulheres, mas também a expansão dos limites da disciplina histórica.

Corroborando com este pensamento Soihet e Pedro (2007), afirmam que graças aos movimentos sociais e aos movimentos feministas que o campo historiográfico intitulado "História das Mulheres e das Relações de Gênero" foi incluso como tema nas pesquisas científicas. Muitas pesquisadoras e pesquisadores tem procurado destacar vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado e sua atuação no presente. Dessa forma, as transformações na historiografia, articuladas à explosão do feminismo, ocorridos a partir de fins da década de 1960, tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres. Conforme também destaca Rago (1995) as mulheres tornavam-se sujeitos sociais que engendravam a História, que lutavam contra as declarações de poder e produziam percepções e suas próprias experiências.

Considerações Finais

É importante dá visibilidade ao fazer histórico das mulheres, descrever sobre suas experiências e desafios vivenciados, pois as lutas femininas têm como objetivo transformar a representação da mulher na sociedade. A escrita da história tem um importante papel de resgate destes feitos, além de comprovar que as mulheres foram muito mais do que simples coadjuvantes nos diversos contextos sociais vividos, foram protagonistas da própria história.

Os novos posicionamentos referentes às concepções de “diferença e semelhança” e “igualdade e desigualdade” ganharam visibilidade nas pesquisas históricas e deste modo a diversidade humana passou a ser considerada não apenas em sua porção biológica, mas também nas várias outras diferenças que produzem e legitimam os sistemas de poder e as desigualdades sociais entre opostos.

Vincular a história das mulheres na produção do conhecimento histórico é um esforço recente e significativo de uma profunda transformação, que se encontra incorporada estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e são agentes

históricos e possui uma historicidade das relações entre os sexos, pertinente às ações cotidianas. Por isso a revisão do modo de “fazer” a historiografia foi essencial para que as mulheres rompessem o silêncio e a marginalidade imposta pela historiografia oficial.

O cenário atual em relação à história das mulheres é marcado por divergência de posições, debates e controvérsias. Em virtude disso as diversas correntes presentes na historiografia vigentes e a utilização do conceito “gênero” enquanto instrumento analítico tornaram-se ferramentas indispensáveis à construção do conhecimento histórico sobre as mulheres e assim, são concebidos como um mecanismo possível para esclarecer os processos sociais que foram “esquecidos” pela narrativa histórica tradicional.

É papel das historiadoras e historiadores, continuamente, escrever e reescrever a história a partir de uma posição do presente que é o lugar de nossa escrita. A Nova História possibilitou a fragmentação do sujeito universal e abriu espaços para o estudo da minoria, contribuindo para desconstruir o modelo da identidade feminina que foi inserida no campo das relações sociais e de poder. A mulher deve ser inserida no estudo da História como sujeito que participou ativamente da construção dos momentos históricos, pois ao escrever sobre a História das mulheres, estaremos escrevendo sobre a história de suas famílias, do seu cotidiano, de seu trabalho, de sua atuação nos espaços públicos e privados.

REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre. **“A ilusão biográfica”**. In.: *Razões práticas – Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus. 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1992.

BURKE, Peter. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CERUTTI, Simona. **A construção das Categoriais Sociais**. IN: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.) Passados Recompuestos: Campos e Canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1998.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

COSTA, Suely Gomes. **Gênero e História**. In: ABREU, Marta e SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 190

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres: As vozes do silêncio**. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998, p. 220.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações**. In: A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.48 e 49.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória. Campinas** – SP Editora da Unicamp, 1990.

[NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. Mulher e gênero em debate: representações, poder e ideologia. Vitória: EDUFES, 2014](#)

PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1992).

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2ª ed São Paulo: Contexto, 2012

RAGO, M. **Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global**. Labrys, estudos feministas, nº 3. Janeiro/julho 2003. Disponível em: acesso em: 01 de fev. de 2015

RAGO, Margareth. **As Mulheres na Historiografia Brasileira**. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

REVEL, JACQUES (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

ROUSSO, Henry. **A Memória não é mais o que era**. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (ORG). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2 ed. São Paulo: Perseu Abano, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter. (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, núm. 54, dezembro, 2007, pp. 281-300.

SOIHET, Rachel. **História das Mulheres**. In: CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 276 e 279.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012. 144p.

Artigo recebido em 03/04/2018

Artigo aceito em 18/06/2018